

Sérgio Cabral*

O meu Rio II

Em 1763, Salvador deixou de ser a sede do Brasil colonizado pelo império português e o Rio passou a ser a nova sede.

Isso se deveu, fundamentalmente, ao ciclo do ouro em Minas Gerais e ao declínio da produção de açúcar no nordeste brasileiro. O valorizado minério estava em Minas, e o Rio era o principal hub para exportação a Portugal de nossas riquezas assaltadas pelos lusitanos colonizadores.

Em março de 1808, o príncipe regente Dom João VI chegou ao Rio de Janeiro com toda a corte portuguesa.

Isso aconteceu porque Portugal estava sendo invadido pelas tropas de Napoleão Bonaparte.

O Império português passou a funcionar no Rio.

Em 1815, o Rio se tornou formalmente a sede do império do Reino Unido de Portugal, Brasil e

Algarve.

Em 1822, Pedro I declarou a independência do país, e com isso o Rio foi a sede do primeiro império tropical das Américas.

Em 1889, houve o golpe dado pelos militares e alguns civis em Pedro II e nasceu a República brasileira, cuja sede foi o Rio, mais uma vez.

Em 1960, Juscelino Kubitschek, num misto de desejo desenvolvimentista pela expansão e ocupação do interior do Brasil e traumatizado com as reiteradas tentativas de golpe pelos militares incitados por parte da imprensa do Rio, transferiu a capital para Brasília.

Em seguida, foi criado o Estado da Guanabara. Pela primeira vez o carioca votaria para o chefe executivo local. Foram três governadores da cidade-estado Guanabara: Carlos Lacerda (1963-1966)

e Negrão de Lima (1967-1970) eleitos pelo voto direto, e Chagas Freitas eleito pelos deputados da Assembleia Legislativa da Guanabara, consequência da decisão do regime militar que acabou com as eleições diretas e criou esse formato de eleição indireta para todos os estados brasileiros.

Em 1975, os militares impuseram a fusão do estado do Rio de Janeiro, cuja sede era em Niterói, com o estado da Guanabara. Isto é, na prática todos os municípios do antigo Estado do Rio se fundiram com a cidade do Rio, que se tornou a capital do novo estado.

De 1975 a 1978, o governador foi indicado pelo regime militar sob o pretexto de implementar a fusão dos dois estados. Em 1978, ainda no modelo militar de escolha pelas Assembleias Legislativas, Chagas Freitas se elegeu na Alerj governador

do Estado do Rio.

Em 1982, a primeira eleição direta para governador do estado. Deu Brizola. Em 86 Moreira Franco, em 90 Leonel Brizola, em 94 Marcello Alencar, em 98 Garotinho, em 2002 Rosinha, em 2006 e 2010 esse modesto escriba, em 2014 Pezão, em 2018 Witzel, em 2022 Cláudio Castro e, em 2026...

Ah, meu Rio, que tanto amo, de tanta potência de seu povo trabalhador e tão carente de lucidez na perspectiva de retornar a ser o que foi de 2007 a 2014. Quando o Rio era referência de políticas públicas e atração de eventos e investimentos privados.

Que Deus nos abençoe.

*Jornalista. Instagram: @sergiocabral_filho

Luciana Brites*

Autismo e educação: Escola regular ou especial?

O dia 2 de abril é celebrado mundialmente como o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU). Mais do que uma data simbólica, o momento reforça a importância da inclusão escolar e da escolha adequada da escola para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), um processo que exige atenção, informação e acompanhamento contínuo.

Pessoas autistas podem apresentar desafios relacionados à comunicação, interação social, sensibilidades sensoriais e acesso a serviços especializados. Nesse contexto, a participação ativa da família é decisiva para o desenvolvimento do aluno, oferecendo suporte emocional, estímulos adequados e

um ambiente seguro para a aprendizagem.

Uma dúvida frequente é optar entre escola regular ou escola especial. A decisão deve considerar as necessidades individuais da criança, já que o autismo se manifesta de formas diferentes. O ideal é dialogar com os profissionais que o acompanham, como terapeutas e psicopedagogos, para avaliar se ele está preparado para a metodologia proposta pela instituição de ensino. Há estudantes com TEA que se adaptam bem às turmas regulares, enquanto outros necessitam de classes especializadas para melhor acompanhamento pedagógico.

No Brasil, a inclusão escolar ainda enfrenta desafios. Muitas instituições não oferecem o suporte necessário para alunos autistas, o que compromete

o processo educacional. A escola inclusiva deve valorizar as habilidades do estudante com TEA, adotando práticas pedagógicas adaptadas. Atividades como musicoterapia, recursos visuais e ensino estruturado contribuem para o desenvolvimento cognitivo e social.

Para avaliar se a escola oferece o suporte ideal, é fundamental observar se há diálogo constante entre professores, terapeutas e familiares, além de reuniões para discutir estratégias de ensino e adaptação curricular.

É possível encontrar escolas regulares que contam com salas especiais. Nesses casos, alunos autistas recebem conteúdos como alfabetização e matemática em ambientes adaptados, participan-

do junto aos demais em atividades lúdicas e sociais, promovendo integração e convivência.

Cada caso deve ser analisado sem generalizações. A escolha da escola exige paciência e informação. A inclusão de pessoas com autismo passa pela conscientização, combate ao estigma, políticas públicas eficazes e formação de profissionais capacitados, garantindo um percurso escolar mais justo e acessível.

*CEO do Instituto NeuroSaber, psicopedagoga, psicomotricista, mestre e doutoranda em distúrbios do desenvolvimento pelo Mackenzie, palestrante e autora de livros sobre educação e transtornos de aprendizagem.

André Naves*

O agro é a coluna do desenvolvimento nacional

Enquanto a produtividade floresce nos campos do agronegócio, a gestão pública brasileira parece estagnada em modelos que privilegiam o gasto improdutivo em detrimento do investimento estruturante.

Não há inclusão social sem uma economia saudável!

Hoje, a “galinha dos ovos de ouro” brasileira — o agronegócio — enfrenta uma ameaça que não vem do clima ou do solo, mas da ideologia e da insensatez de Brasília.

Há anos, o agronegócio é o principal responsável pela expansão econômica brasileira. Segundo dados do Cepea (USP) em parceria com a CNA, o setor responde por aproximadamente 24% a 27% do PIB nacional. Em 2023, enquanto outros setores patinavam, o PIB da agropecuária saltou 15,1%, sendo o fiel da balança para evitar uma recessão técnica e garantir o superávit comercial.

Esse sucesso é fruto de um crescimento de produtividade sem precedentes. A Produtividade Total dos Fatores (PTF) no agro cresce, em média, 3,2% ao ano — um ritmo que humilha a média da indústria nacional e de muitos países desenvolvidos.

É sempre importantíssimo frisar que o Brasil não só planta, mas desenvolve tecnologia biológica de ponta!

É fundamental compreender que o agronegócio não se resume ao “dentro da porteira”. O termo “Agribusiness” foi cunhado em 1957 pelos professores de Harvard, John Davis e Ray

Goldberg, justamente para descrever a soma total de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de suprimentos agrícolas.

O agronegócio é, portanto, uma cadeia complexa que integra:

O Agro “dentro da porteira”: a agricultura e pecuária propriamente ditas, onde o manejo do solo e a gestão biológica ocorrem.

Indústria: fabricação de insumos, defensivos, fertilizantes e máquinas pesadas, além do processamento agroindustrial de alimentos e biocombustíveis.

Serviços: logística de transporte, armazenamento, crédito agrícola sofisticado e tecnologia da informação (Agtechs).

Essa visão sistêmica revela, por exemplo, que o sucesso da colheita movimenta desde uma fábrica de tratores no interior de São Paulo, até o porto em Santos, sustentando milhões de empregos indiretos.

Nada disso seria possível sem o papel histórico da EMBRAPA. Criada na década de 70, a Embrapa foi a arquiteta da “revolução tropical”, transformando o Cerrado — antes considerado terra ácida e improdutivo — no celeiro do mundo através da ciência brasileira.

O ganho de eficiência do campo transborda diretamente para o capital humano. Municípios com forte presença do agro apresentam indicadores de qualidade de vida muito superiores à média nacional. Cidades como Sorriso (MT), Lucas do Rio Verde (MT), Rio Verde (GO) e Toledo (PR) são exemplos disso.

Essas localidades figuram constantemente no topo do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) regional porque a riqueza gerada pela produtividade se converte em:

Infraestrutura urbana de qualidade; Melhores escolas e centros de capacitação técnica;

Sistemas de saúde mais robustos e acessíveis.

A prosperidade agrícola é o maior vetor de descentralização do desenvolvimento que o Brasil já conheceu, criando polos de dignidade longe das metrópoles litorâneas.

Entretanto, esse vigor produtivo encontra um obstáculo na insustentabilidade fiscal. O Brasil gasta muito e gasta mal. Consumimos cerca de 33% do PIB em impostos, mas o retorno em investimento público em capital humano, ciência e inovação, além de infraestrutura, é irrisório, mal chegando a 2%.

O desperdício e a má gestão são flagrantes:

Privilégios Estruturais: Gastos exorbitantes com pensões e aposentadorias de elite (como as de juízes e alta cúpula do funcionalismo), mantendo castas que consomem recursos que deveriam financiar laboratórios de biotecnologia ou ferrovias.

Corrupção e Ineficiência: O dinheiro é drenado por desvios e por uma burocracia que “cria dificuldades para vender facilidades”, além do custo de manter estatais ineficientes e obras acabadas que nunca se tornam ativos para o país.

Essa “ganstança desordenada” eleva a dívida pública, forçando o Banco Central a manter a

Taxa Selic elevada para conter a inflação. Juros altos significam financiamento inviável.

O produtor, que depende de crédito para comprar sementes e maquinário, está sendo asfiziado. Dados da Serasa Experian mostram um aumento alarmante de mais de 500% nos pedidos de Recuperação Judicial no setor agropecuário entre 2023 e 2024.

Não podemos permitir que a ineficiência do Estado destrua a engrenagem que sustenta o país. A justiça e a inclusão social exigem um governo que respeite quem produz. É urgente:

Melhorar a qualidade do gasto: cortar privilégios e priorizar investimentos em ciência, tecnologia e educação.

Responsabilidade fiscal: tornar a dívida sustentável para baixar os juros de forma estrutural, fomentando o agro.

Incentivo à inovação: reduzir a burocracia para que o empreendedorismo inclusivo no campo possa prosperar.

O agronegócio é a prova de que o Brasil pode ser uma potência. Mas, para que a colheita continue farta, é preciso parar de consumir as sementes do amanhã com os gastos perdulários de hoje.

Gestão ética e compromisso com a realidade são os únicos caminhos para o Brasil que queremos.

*Defensor Público Federal, especialista em Direitos Humanos e Inclusão Social, Mestre em Economia Política e Doutor em Economia.